Agrupamento de Escolas Padre Bartolomeu de Gusmão

REFERENCIAL DO AGRUPAMENTO PARA A AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

2026/2027

Aprovado pelo Conselho Pedagógico a 11 de outubro de 2023

(revisto sem alterações a 7 de outubro de 2026)

É neste contexto que a escola, enquanto ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, onde os alunos adquirem as múltiplas literacias que precisam de mobilizar, tem que se ir reconfigurando para responder às exigências destes tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas.

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

INTRODUÇÃO

O Referencial do Agrupamento de Escolas Padre Bartolomeu de Gusmão (AEPBG) para a Avaliação das Aprendizagens dos Alunos pretende constituir uma base sólida para a avaliação pedagógica no Agrupamento, clarificando os princípios em que esta se baseia e tornando-os transparentes para todos os elementos da comunidade educativa.

Este documento resulta da reflexão realizada no AEPBG sobre as perspetivas teóricas atuais relativas à avaliação, os estudos realizados no âmbito do projeto *Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação* (MAIA), a visão da avaliação plasmada na legislação, nas *Aprendizagens Essenciais* (AE) e no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO), os diversos processos e instrumentos que têm sido tradicionalmente utilizados neste agrupamento e o percurso a realizar para que a avaliação se constitua num suporte efetivo da melhoria da qualidade das aprendizagens dos nossos alunos.

Esta reflexão partilhada no AEPBG resulta da perceção e da apropriação de novos conceitos, da implementação de novas práticas ou reformulação e aprofundamento de procedimentos, visando uma progressiva mudança de paradigma no processo de avaliação das aprendizagens dos alunos.

Ao longo deste documento, são delineados os princípios em que se fundamenta a avaliação no AEPBG, referidas as modalidades de avaliação utilizadas, explicitados os critérios transversais de avaliação para o Agrupamento, os critérios específicos para os diferentes níveis de ensino e as diversas disciplinas e a forma como a avaliação é utilizada para melhorar o processo educativo como um todo.

Este Referencial procura promover uma cultura de aprendizagem centrada no aluno, que valorize a construção do conhecimento, o estímulo da criatividade e a formação de

cidadãos críticos, reflexivos e autónomos. Para isso, pretende ser um catalisador de mudanças ao nível do desenvolvimento sistemático e coerente das práticas de ensino e de aprendizagem e da avaliação pedagógica em contexto de sala de aula.

O AEPBG visa construir um ambiente educacional enriquecedor e inclusivo, onde a avaliação promova a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e contribua para o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para os desafios do presente e do futuro.

AVALIAÇÃO

Modalidades e Objetivos

A avaliação é uma componente indissociável do processo educativo e pode ser dividida em duas modalidades fundamentais: a avaliação formativa (avaliação para as aprendizagens (ApA) e como aprendizagem) e a avaliação sumativa ou avaliação das aprendizagens (AdA).

A **avaliação formativa** é uma abordagem contínua e interativa que ocorre durante o processo de aprendizagem. Desenvolve-se através da recolha regular de informação, a partir de processos/instrumentos diversificados, e de um *feedback* de qualidade, que pretende motivar os alunos, envolvendo-os no processo de aprendizagem, promovendo a autorregulação de forma eficaz e construtiva.

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do AEPBG, é contínua e sistemática e é parte integrante do ensino e da aprendizagem, visando a sua melhoria.

A avaliação formativa privilegia a informação regular sobre os desempenhos dos alunos, o que permite definir medidas e estratégias, adequadas às características dos alunos.

O professor informa regular e atempadamente os alunos sobre a evolução das suas aprendizagens e fornece *feed back* de qualidade, distinguindo três momentos distintos – antes, durante e após a realização de tarefas (princípio da transparência):

- *Feed up* – o aluno deve conhecer os objetivos de aprendizagem e participar, se possível, na definição dos critérios de avaliação;

• *Feed back* – o aluno deve conhecer o ponto de situação das suas aprendizagens;

• *Feed forward* – o aluno deve conhecer as suas lacunas e saber como melhorar a aprendizagem.

A Avaliação para as Aprendizagens tem como objetivo envolver ativamente os estudantes no seu próprio processo de aprendizagem, promovendo a autorreflexão e o desenvolvimento da consciência metacognitiva. Os alunos são incentivados a avaliar o seu próprio trabalho, identificando os pontos fortes e as áreas em que necessitam de apoio adicional. Essa abordagem incentiva os alunos a serem mais responsáveis pelo seu percurso educativo, ao mesmo tempo que estimula a sua motivação e o seu interesse pelo conhecimento.

A Avaliação como Aprendizagem promove a autonomia e o desenvolvimento das competências de autorregulação. Os alunos aprendem a autogerir o seu progresso, definindo metas realistas, monitorizando o seu desempenho e ajustando as suas estratégias de aprendizagem, o que não só beneficia o seu percurso educativo, como também os prepara para serem aprendizes ao longo da vida.

A **avaliação sumativa**, por outro lado, é realizada no final de um período específico de aprendizagem. O seu objetivo é o de fundamentar um juízo sobre o desempenho do aluno num momento determinado no tempo, mostrando o que foi aprendido durante esse período. Esta modalidade é mais centrada no resultado do processo de ensino e de aprendizagem.

As avaliações formativa e sumativa constituem duas modalidades complementares que desempenham funções distintas no processo educativo. Para o desenvolvimento deste processo, são mobilizados instrumentos diversificados.

A **avaliação para as aprendizagens** e a **avaliação das aprendizagens** criam, em conjunto, um ambiente de aprendizagem mais significativo, apoiando os alunos no crescimento intelectual e pessoal.

Para os professores

Uma avaliação contínua e processual, que acontece ao longo de todo o percurso educativo, permite identificar o progresso dos alunos, compreender as suas dificuldades e

auxiliar no desenvolvimento das suas competências. Neste sentido, e no contexto da diversidade de alunos, a avaliação formativa é uma ferramenta poderosa para os professores ajustarem a sua prática de ensino às necessidades específicas de cada estudante.

Os processos de avaliação utilizados para a recolha de dados são da responsabilidade de cada professor e devem ser utilizados/selecionados de acordo com as características de cada turma e dos alunos.

No processo de avaliação pedagógica, os professores aferem regularmente a necessidade de ajustes a elementos do processo, sejam eles metodológicos, documentais, processuais, conceptuais ou outros.

Para os alunos

A avaliação formativa é uma abordagem pedagógica que se destaca pela capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade dos alunos presentes em sala de aula, incluindo as suas características individuais e estilos de aprendizagem distintos. Esta modalidade de avaliação promove uma aprendizagem mais inclusiva, equitativa e personalizada, permitindo que os alunos alcancem todo o seu potencial académico e pessoal.

Uma das principais vantagens da avaliação formativa é a sua flexibilidade. Os professores utilizam uma variedade de processos, estratégias e instrumentos de avaliação para aferir o progresso dos alunos de forma contínua e ao longo do processo de aprendizagem. A diversidade de abordagens permite adaptar as atividades propostas às necessidades específicas de cada aluno, considerando as suas competências, interesses e estilos de aprendizagem.

Além disso, a avaliação formativa encoraja o envolvimento ativo dos alunos no processo avaliativo. Os alunos são incentivados a refletir sobre o seu próprio desempenho, identificando os seus pontos fortes e as áreas de melhoria. Esse envolvimento promove a autoconsciência e o desenvolvimento da metacognição, ou seja, a capacidade de compreender e regular o próprio processo de aprendizagem.

Desta forma, a avaliação formativa contribui para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde cada aluno se sente valorizado e respeitado nas suas características individuais.

Os alunos devem assumir o compromisso de se envolverem ativamente na melhoria das suas aprendizagens.

Para os Encarregados de Educação

A informação atempada dos encarregados de educação permite um acompanhamento mais próximo das aprendizagens dos seus educandos e a sua colaboração com a escola para uma intervenção precoce em caso de dificuldades e/ou da necessidade de apoio aos seus educandos.

Os encarregados de educação, ao acompanharem de perto a *performance* escolar dos seus educandos, podem auxiliá-los na definição de metas educacionais e profissionais realistas e alcançáveis.

Para o Agrupamento

A análise da avaliação/classificação dos alunos é extremamente relevante: fornece informações para que o Agrupamento avalie a qualidade do ensino e da aprendizagem oferecidos; permite identificar padrões e tendências que indiciem áreas de sucesso ou desafios específicos; facilita a identificação de alunos que possam necessitar de apoio adicional, seja através de programas de tutoria, seja através de aulas de reforço ou de intervenções específicas. Este processo cria um ambiente mais inclusivo e garante a todos os alunos oportunidades de sucesso.

A análise dos resultados permite também avaliar o desempenho global do Agrupamento, comparando-o com o de outros estabelecimentos de ensino, bem como com as metas e os padrões estabelecidos no seu Projeto Educativo, o que possibilita uma autorreflexão institucional, visando a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Princípios

Dois aspetos importantes a assegurar em qualquer processo de avaliação são a validade e a fiabilidade.

A **validade** refere-se à extensão em que uma avaliação mede aquilo que efetivamente se propõe medir. Uma avaliação é considerada válida quando é relevante e está apropriada relativamente aos objetivos e competências que se pretende avaliar.

A **fiabilidade** refere-se à consistência e à estabilidade dos resultados obtidos numa avaliação. Uma avaliação é considerada fiável quando os seus resultados são consistentes e replicáveis, ou seja, se, aplicada mais do que uma vez nas mesmas condições, fornece

resultados semelhantes.

Os princípios que a seguir se explicitam contribuem para assegurar que a avaliação seja um processo justo, rigoroso e relevante, permitindo que os resultados obtidos sejam utilizados de forma adequada para tomar decisões informadas e apoiar o crescimento e desenvolvimento dos alunos.

Princípio da transparência

Os critérios de avaliação devem ser claros e compreensíveis para todos os envolvidos, permitindo que os avaliados saibam o que está a ser avaliado e como serão avaliados. A avaliação deve ser discutida e participada com os alunos e ser clara nos seus propósitos, métodos e objetos.

Princípio da melhoria da aprendizagem

A principal modalidade de avaliação é a formativa, processo eminentemente pedagógico, que tem como objetivo primordial a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos e não a sua classificação. Assim, deve ser fornecido, com frequência, *feed back* de qualidade, recorrendo, por exemplo, a rubricas de avaliação.

Os professores devem planificar tarefas que promovam a autoavaliação, a coavaliação e a heteroavaliação das aprendizagens.

Princípio da integração curricular

As tarefas propostas servem para os alunos aprenderem e os professores ensinarem. Estes devem propor tarefas que permitam, simultaneamente, aprender, ensinar e avaliar (a criação de rubricas para as tarefas pode facilitar este processo de integração de ensino-aprendizagem-avaliação).

Os professores devem promover a diversificação de dinâmicas de trabalho na sala de aula e de instrumentos de avaliação, possibilitando que todos os alunos desenvolvam competências de reflexão e de autoavaliação.

Princípio do caráter positivo

Aos alunos deve ser dada a possibilidade de demonstrar o que sabem e o que conseguem fazer, seja pela criação de novas oportunidades, seja pela diversificação da natureza das tarefas. Os professores devem fornecer *feed back* de qualidade, formal ou informal, escrito ou oral, dando novas oportunidades de aprendizagem aos alunos antes do processo de classificação.

Princípio da diversificação

Os professores recorrem a diferentes processos de recolha de informação para que haja validade, fiabilidade e equidade no processo de avaliação.

Princípio da oportunidade

A avaliação é aplicada no momento adequado, de forma a fornecer informações relevantes e úteis para o desenvolvimento e a aprendizagem dos avaliados.

Princípio da equidade

Este princípio refere-se à imparcialidade e justiça, tratando todos os avaliados de forma igual, independentemente de fatores como género, origem étnica, classe social, ….

CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Os critérios transversais são o referencial da prática pedagógica no Agrupamento, que se deve consubstanciar na avaliação formativa, implicando os alunos em todo o processo de avaliação, de forma ativa, consciente e responsável.

Critérios transversais de avaliação do Agrupamento e respetivas ponderações

CRITÉRIOS TRANSVERSAIS	PONDERAÇÕES		
	Ensino básico	Ensino secundário	Cursos profissionais
Conhecimento e mobilização de saberes	50 - 75	50 - 80	50 - 70
Comunicação /Investigação e comunicação	10 - 35	10 - 30	15 - 20
Desenvolvimento pessoal e interpessoal	15 - 30	10 - 30	10 - 30

NOTA: Os departamentos curriculares definem, dentro das margens de intervalo aprovadas, as ponderações a atribuir a cada critério transversal.

A rubrica com os descritores e níveis de desempenho dos critérios transversais, para o 1.º ciclo e para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, para o ensino secundário e o ensino profissional constitui um anexo deste Referencial.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

É competência de cada departamento/grupo disciplinar definir os critérios específicos para a avaliação das aprendizagens em cada área disciplinar ou disciplina.

Estes critérios de avaliação específicos definem os domínios de avaliação, os processos de recolha de informação e os perfis de aprendizagem por nível de desempenho.

As características fundamentais que deverão ser consideradas na elaboração destes critérios são: a adequação, a clareza, ser observável, a transparência, a independência, a completude, a possibilidade de serem descritos por níveis de desempenho.

Cabe ao Conselho Pedagógico garantir a divulgação dos critérios referidos junto dos diversos intervenientes no processo educativo.

O modelo a utilizar para a apresentação dos critérios específicos constitui um anexo deste Referencial.

CLASSIFICAÇÃO

Sistema de Classificação

O sistema de classificação constitui um conjunto de orientações/condições para regular o processo de avaliação sumativa com propósito classificatório.

A avaliação com propósito classificatório ocorre em momentos formais definidos pelo professor e mobiliza pelo menos três diferentes processos, para a determinação da avaliação sumativa de final de período.

A avaliação sumativa de final de período ou de ano traduz-se numa classificação que resulta da formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelo aluno, considerando o seu percurso desde o ponto inicial até ao momento em avaliação e tendo em atenção os pesos relativos dos critérios/domínios trabalhados nesse mesmo percurso.

A disciplina de Complemento à Educação Artística (8.º ano) tem uma organização semestral; assim, a avaliação final realiza-se em dois momentos distintos, um primeiro, que coincide com o final do primeiro semestre, e um segundo, que ocorre no final do segundo semestre, correspondendo ao final do ano letivo.

A classificação final do período/ano resulta da ponderação dos domínios das

diferentes áreas curriculares. As ponderações dos domínios são uma decisão da responsabilidade de cada grupo disciplinar, aprovadas em Conselho Pedagógico, seguindo os normativos legais em vigor.

Terminologia adotada para as menções qualitativas a atribuir nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário

Quadro 1: 1.º ciclo do ensino básico.

Menção qualitativa	**Muito Bom**	**Bom**	**Suficiente**	**Insuficiente**
Percentagem	100 - 90	89 - 70	69 - 50	49 - 0

Quadro 2: 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Menção qualitativa	Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente
Percentagem	100 - 90	89 -70	69 - 50	49 - 20	19 - 0
Nível	**5**	**4**	**3**	**2**	**1**

Quadro 3: ensino secundário.

Menção qualitativa	Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente
Classificação	**20-18**	**17-14**	**13-10**	**9-5**	**4-0**

Anos não terminais

O Conselho Pedagógico, em cada ano letivo, ponderará as condições de funcionamento do processo de ensino e de aprendizagem nos anos não terminais (5.º, 7.º e 8.º anos do ensino básico) e aprovará as regras específicas para a transição de ano. O documento aprovado constituir-se-á como anexo do presente Referencial.

MONITORIZAÇÃO E REVISÃO

Até ao início do ano letivo, o conselho pedagógico, de acordo com as orientações do currículo e outras orientações gerais do Ministério da Educação, define os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta dos departamentos curriculares.

A implementação efetiva da avaliação formativa e da diferenciação de processos de recolha de informação assenta na formação contínua adequada dos professores.

No final de cada período, proceder-se-á à aferição da evolução do processo, recorrendo a reuniões de departamento, nas quais os docentes explicitem as dificuldades sentidas e as necessidades de formação detetadas. O AEPBG procurará, em articulação com o Centro de Formação, continuar a dar resposta às solicitações dos vários departamentos.

BIBLIOGRAFIA

OECD (2013), *Synergies for Better Learning: An International Perspective on Evaluation and Assessment*, OECD Reviews of Evaluation and Assessment in Education, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/9789264190658-en.

Brookhart, Susan M. (2013). *How to create and use rubrics for formative assessment and grading*. Alexandria, Virginia USA :ASCD

Fernandes, D. (2008). *Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens*. Estudos de Avaliação Educacional, 19(41), 348-372.

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho